

Linha do tempo TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO CENTRO DE MEMÓRIA, ARQUIVO E CULTURA

1923-2025



1923



Criação do Conselho Nacional do Trabalho, pelo Decreto n.º 16.027, de 30 de abril de 1923, órgão consultivo dos poderes públicos em assuntos referentes à organização do trabalho e da previdência social, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

1930



Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, um dos primeiros projetos da Era Vargas. A partir de 1931 o Conselho Nacional do Trabalho passa a integrar o Ministério do Trabalho.

1932



Instituição da Carteira de Trabalho e Previdência Social, com a publicação do Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, posteriormente regulamentado pelo Decreto nº. 22.035, de 29 de outubro de 1932. Criação das Comissões mistas de Conciliação e das Juntas de Conciliação e Julgamento, estruturas predecessoras da Justiça do Trabalho que conhecemos hoje.

1937



Outorgada a quarta Constituição do Brasil, conhecida como Polaca, inspirada no modelo autoritarista polonês. A Constituição de 1937 atribuiu à Justiça do Trabalho o papel de gerir conflitos entre patrões e trabalhadores.

1939



Decreto-Lei n.º 1.237 de 2 de maio de 1939 organiza a Justiça do Trabalho em Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJs), Conselhos Regionais do Trabalho (CRTs) e Conselho Nacional do Trabalho (CNT). O Conselho Nacional do Trabalho passa a ser denominado Tribunal Superior da Justiça do Trabalho, pelo Decreto-Lei n.º 1.346 de 15 de junho de 1939.

1941



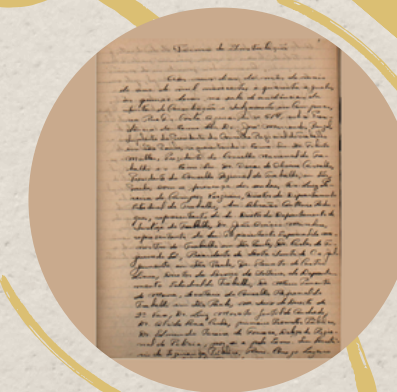
Instalação da Justiça do Trabalho no Brasil em 1º de maio, após aprovação de seu regulamento no mesmo ano, como resultado de diversos fatores, entre eles o ideário liberal que se fez presente entre as discussões ideológicas do operariado da época.

1943



Aprovação em 1º de maio da Consolidação das Leis do Trabalho, pelo Decreto-Lei n.º 5.452 de 1 de maio de 1943, com o objetivo de regulamentar as relações laborais individuais e coletivas.

1944



Instalação das primeiras Juntas de Conciliação e Julgamento em Campinas e Jundiaí, pelo Decreto-Lei nº. 5.926, de 26 de outubro de 1943.

1946



Promulgação de nova Constituição, após a queda do Estado Novo. Marcada por caráter republicano-democrático e natureza mais liberal, transforma a Justiça do Trabalho em órgão do Poder Judiciário Brasileiro.

1986



Criação em 5 de dezembro do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com 38 Juntas de Conciliação e Julgamento e 23 magistrados de segundo grau. São Paulo torna-se o único estado do Brasil com mais de um regional.

1992



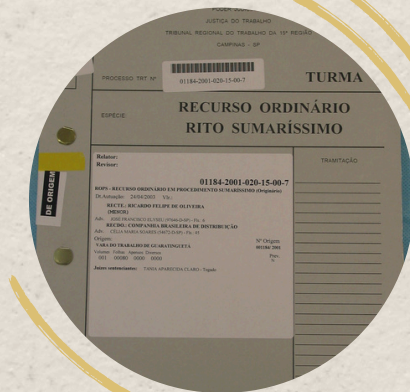
Lei nº 8.432, de 11 de junho de 1992 cria 43 novas Juntas e define as áreas de jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento pertencentes à 15ª Região. Lei nº 8.473, de 20 de outubro de 1992, amplia a composição do TRT para 36 juízes, 24 togados e 12 classistas, implantando a Seção Especializada e possibilitando a criação da 5ª Turma.

1999



Realização do I Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, no Teatro José de Castro Mendes, em 18 de junho. Extinção da representação classista pela Emenda Constitucional n.º 24 de 9 de dezembro. As Juntas de Conciliação e Julgamento tornam-se Varas do Trabalho.

2000



Criação do Procedimento Sumaríssimo pela Lei n.º 9.957 de 12 de janeiro de 2000, com o intuito de trazer maior celeridade ao julgamento das causas trabalhistas.

2004



Inauguração do Centro de Memória, Arquivo e Cultura do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em 21 de outubro, instituído pela Resolução Administrativa GP n.º6/2004.

2005



Emenda Constitucional 45 amplia a competência da Justiça do Trabalho que passa a dirimir conflitos oriundos da relação de trabalho e não apenas de emprego, além de suprimir seu poder normativo. Inauguração da TV XV, para transmissão, via internet, das sessões de julgamento da Corte

2007



Ajuizada a Ação Civil Pública conhecida como caso Shell Basf, que garantiu a centenas de ex-trabalhadores e seus familiares, indenizações e tratamento médico. Por dano moral coletivo foram destinados milhões de reais a centros de pesquisa e hospitais, incluindo o Barco Hospital Papa Francisco que beneficia ribeirinhos do Rio Amazonas em Belém (PA).

2008



1ª Câmara do Tribunal é pioneira ao realizar os primeiros julgamentos à distância da Justiça do Trabalho brasileira.

2009



Ampliação da composição da Corte para 55 Desembargadores, por meio da Lei nº 12.001, de 29 de julho de 2009.

2011



Adesão ao programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

2014



Primeiro Tribunal de grande porte a implantar o PJe em toda a sua jurisdição.

Inauguração do primeiro Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA), em Franca.

Criação dos Comitês de erradicação do trabalho infantil e erradicação ao trabalho análogo à escravidão.

Primeiro órgão do Poder Judiciário em todo o mundo a aderir ao Pacto Global da ONU.

2015



Implantação dos Centros Integrados de Conciliação –
– CIC, atuais Centros Judiciários de Métodos
Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do
Trabalho (Cejusc-JT).

2016



O Tribunal completa 30 anos com 153 Varas do
Trabalho, 9 postos avançados e 2 varas itinerantes. Sua
jurisdição abrange 599 municípios e mais de 21 milhões
de jurisdicionados.

Mensagem do Papa Francisco em apoio às ações de
combate ao trabalho infantil em parceria do TRT 15
com o Santuário Nacional de Aparecida e o MPT 15.

2017



Reforma Trabalhista (Lei 13.467 de 2017)
Projeto Aprendiz de Justiça é apresentado oficialmente no Fórum Trabalhista de Ribeirão Preto
Único Tribunal Trabalhista de grande porte a alcançar 100% no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), nos 1º e 2º graus e na área administrativa.

2018



Inauguradas as novas instalações do Centro de Memória, Arquivo e Cultura no 40 andar da sede judicial do Tribunal.
Recebimento do Prêmio Conciliar é Legal, garantindo pela quarta vez consecutiva a primeira colocação entre os 24 tribunais.

2019



Aposição do Primeiro Selo Histórico Digital em Processo PJE do TRT15: Dissídio Coletivo de Greve nº 0005200-82.2019.5.15.0000.

2020



Recebimento do Prêmio CNJ de Qualidade na Categoria Diamante, sendo a única região judiciária trabalhista do país contemplada por dois anos consecutivos.

Evento mundial - declaração pública de pandemia do COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde – OMS, em 11 de março de 2020.

Acontece em 24/06, na 3ª Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-3), a primeira sessão de julgamentos integralmente realizada por meio de videoconferência no TRT-15.

A implantação do Projeto Garimpo no Regional, com identificação de milhões de reais de saldos remanescentes em contas judiciais.

2021



O Tribunal completa 35 anos no mesmo ano em que a Justiça do Trabalho brasileira completa 80 anos. Com 55 desembargadores, 371 juízes, mais de 3.000 servidores, 153 Varas do Trabalho e 5 postos avançados, sua jurisdição abrange 599 municípios.

2022



TRT-15 destina parcela de R\$ 2,25 milhões a 25 entidades de assistência médica e social, em decorrência do acordo firmado na Ação Civil Pública 0010230-31.2014.5.15.0079, em que a construtora Odebrecht e duas subsidiárias foram condenadas por tráfico de pessoas e manutenção de mais de 400 trabalhadores em condições análogas à escravidão em Angola.

2023



Recebimento do Prêmio Prata de Qualidade 2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A notícia foi divulgada durante a programação do 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Salvador, Bahia.

2024



CMAC comemora 20 anos como guardião da história do TRT-15 e da Justiça do Trabalho, consolidando-se como um ícone da preservação histórica da Justiça do Trabalho e dos direitos de cidadãs e cidadãos.

2025

.....



TRT-15 garante primeiro lugar em Efetividade da Execução Trabalhista e é premiado pelo CSJT, sendo um dos grandes destaques do primeiro dia do Seminário “Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista” no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

Sancionada em 9 de janeiro de 2025, a Lei 15.096 que amplia a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região de 55 para 70 desembargadores.

APROVEITE:



Conheça o Centro de Memória Arquivo e Cultura do TRT 15ª Região.

Um espaço de exposição aberto ao público com painéis, conteúdos interativos, fotografias e vídeos sobre a história do trabalho no Brasil e no mundo. Visite o nosso site.

<https://trt15.jus.br/institucional/centro-de-memoria>